

EDUCAÇÃO ESPECIAL, INCLUSIVA E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA PROPOSTA PARA DOCENTES QUE ATUAM NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

Cristiana Barcelos da Silva¹
Aline Peixoto Vilaça²
Jackeline Barcelos Corrêa³
Carlos Henrique Medeiros de Souza⁴

RESUMO

A presente pesquisa tem por objeto analisar a Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar e propor uma Intervenção Pedagógica com foco nos educandos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados na rede pública de ensino na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ). Assim, apresentará uma breve evolução histórica da Educação Especial e da Inclusão Educacional. Em seguida, tratará do TEA enquanto um dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e apresentará o quantitativo numérico de crianças matriculadas na rede pública municipal de Campos dos Goytacazes. Por último, apresentará um Roteiro de Intervenção Pedagógica como uma proposta possível de auxiliar o professor que atua na Educação Infantil na tarefa de incluir estudantes com TEA no município.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão Escolar. Transtorno do Espectro do Autista.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objeto analisar a Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar e propor o desenvolvimento de um Roteiro de Intervenção Pedagógica com foco nos educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ). Assim, apresentará as raízes históricas da Educação Especial e da Inclusão Educacional. Em seguida, tratará do TEA e da matrícula, do ponto de vista quantitativo, dos educandos na rede pública municipal da cidade de Campos dos Goytacazes. Por último,

¹ Pós Doutora pelo Curso de Cognição e linguagem da Universidade Estadual Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro-UENF - UE, cristianabarcelos@gmail.com;

² Mestranda do Curso de Cognição e linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro-UENF, alinepeixoto12@hotmail.com;

³ Doutoranda do Curso de Cognição e linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro-UENF, jack.barcelos1@hotmail.com;

⁴ Carlos Henrique Medeiros de Souza: Professor Doutor, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, chmsouza@gmail.com

descreverá uma proposta de intervenção para auxiliar o professor na inclusão de educandos com TEA no nível de Educação Infantil, no município mencionado.

O tema da presente investigação é a Educação Especial enquanto modalidade que perpassa todos os níveis de Educação Escolar. Apresenta-se nesta pesquisa vinculada diretamente às especificidades do TEA, atrelada ao movimento histórico-cultural de discussão da Inclusão Escolar como direito social.

Quanto à elaboração dos elementos norteadores da investigação consideram a seguinte **questão-problema**: De que maneira um Roteiro de Intervenção Pedagógica pode auxiliar no processo de Inclusão Escolar do educando com TEA matriculados na rede regular de ensino?

Na tentativa de responder ao questionamento apresentado, parte-se da **hipótese** de que nas instituições educativas, o planejamento, a implantação e a reflexão coletiva de Intervenções Pedagógicas específicas podem emergir como uma das possibilidades de estímulo ao processo de Inclusão Escolar do estudante com TEA, na rede regular de educação.

Diante dos referidos questionamentos, o **objetivo geral** desta investigação consiste em elaborar um Roteiro de Intervenção Pedagógico com o propósito de auxiliar o processo de inclusão do estudante com TEA nas instituições de ensino.

Em decorrência deste, os **objetivos específicos** ficaram assim definidos:

1. Apresentar alguns dados históricos a respeito da Educação Especial e da Inclusão Escolar no Brasil;
2. Analisar elementos que atravessam as discussões sobre o TEA;
3. Descrever um Roteiro de Intervenção Pedagógica possível de auxiliar o professor da classe regular no processo de Inclusão Escolar do educando com TEA na Educação Infantil.

O tema é relevante no contexto da educação, pois, pode produzir significativos impactos no interior dos sistemas e instituições de ensino. Demonstra também grande importância no interior das discussões sobre inclusão por tratar especificamente da necessidade de atrelar educação especial na rede regular para o educando com TEA.

METODOLOGIA

A Do ponto de vista da abordagem metodológica a pesquisa se caracteriza como qualitativa uma vez que a ferramenta principal de análise dos conceitos relacionados à Educação Especial, à Inclusão Escolar e ao TEA é o pesquisador que se envolve com eles a partir de princípios subjetivos. Caracteriza-se como pesquisa básica estratégica por que além

de discutir teoricamente os motes da pesquisa apresenta um roteiro pedagógico que podem ser experienciados na prática.

Quanto aos objetivos a investigação é descritiva porque busca retratar as características dos assuntos escolhidos e relacioná-lo as demais variáveis. No que diz respeito ao tipo de raciocínio, a pesquisa se classifica como hipotético-dedutiva por que parte de uma questão-problema e sugere uma possível resposta.

Inspirados em Kauark, Manhães e Medeiros (2010), para a realização da pesquisa os procedimentos metodológicos elencados foram a pesquisa bibliográfica de livros e periódicos que tratavam de Educação Especial, de Inclusão Escolar e de TEA somado a análise documental de um relatório produzido pela Equipe Multiprofissional que atua na rede pública de educação da cidade de Campos dos Goytacazes, com dados sobre o atendimento a educandos com TEA nas escolas regulares em 2019.

Educação Especial

Na Pré-história, quando o povo primitivo era nômade as pessoas que não ajudavam nas tarefas de caçar e pescar eram abandonadas. Na antiguidade quem não atendesse ao padrão de perfeição eram eliminados ou abandonados. No período que compreendeu a Idade Média, com o advento do Cristianismo, o extermínio fora proibido e as pessoas com deficiência levadas para lugares específicos (isoladas), tanto que no século XIII foi construída a primeira instituição agrícola para indivíduos com deficiência, na Europa. Na Idade Moderna, a pessoa com deficiência foi considerada improdutiva e onerosa da sociedade. Na Contemporaneidade as primeiras pesquisas científicas relacionadas às deficiências surgem e redefinem a forma de olhar e compreender a deficiência (BENITEZ, 2017).

Na obra "A Educação Especial na Formação Inicial do profissional de Educação Infantil em Campos dos Goytacazes" Silva (2019) apontou que o primeiro educador da área foi o monge beneditino Pedro Ponce, que no século XVI educou crianças surdas, embora o médico Jerônimo Cardan tenha sido, do ponto de vista teórico, o precursor das ideias de educação de surdos ao contrariar a lógica Aristotélica de que o pensamento era impossível sem palavras. No século seguinte, outros se responsabilizaram pela Educação Especial (EE) de crianças surdas em países como Espanha, Inglaterra, Itália, Holanda e Alemanha.

Os pesquisadores Mendes (2006) e Bueno (1993) consideram o século XVIII como marco definitivo no esforço da sociedade moderna no sentido de proporcionar uma EE

compatível com as necessidades das crianças. No período surgiram as primeiras escolas públicas para deficientes visuais e surdos em Paris, na Espanha e na Alemanha fundamentadas no ensino de instruções básicas e, em trabalhos manuais.

Anos se passaram e atualmente entende-se no Brasil como estudante público alvo da EE às pessoas com deficiência (sensorial, física e intelectual), com Altas Habilidades/Superdotação ou com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD). Ela, a educação especial está “(...) baseada na necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidades, mediante a diversificação de serviços educacionais, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos, por mais acentuadas que elas sejam” (MAZZOTA, 2005, p.10).

Após transformações históricas, sociais e culturais, seguidas da publicação de documentos internacionais tais como a Declaração Mundial de Educação para Todos e Declaração de Salamanca, parte da sociedade tem lutado pela superação da exclusão em detrimento da necessidade de inclusão.

Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva se caracteriza por uma política mundial de justiça social destinada a estudantes com necessidades educacionais como consta na Declaração de Salamanca, marco histórico no processo de inclusão educacional que deflagou o ideal de educação para todos, incluindo os educandos atendidos pela EE:

O princípio fundamental desta linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (UNESCO, 1994, p. 17- 18).

Mesmo sendo muito mais ampla, a Educação Inclusiva, vem sendo divulgada por meio de EE. Teve sua origem nos Estados Unidos, quando a Lei nº 94.142, de 1975, resultado dos movimentos sociais de pais de alunos com deficiência, que reivindicavam o acesso de seus filhos com necessidades educacionais especiais às escolas de qualidade (STAINBAK E STAINBAK, 1999, p.36).

A Educação Inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos a uma educação de

qualidade. Pressupõe a igualdade de oportunidade e valorização das diferenças, contemplando as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, gêneros entre outros. Vários documentos expressam no Brasil a proposta de Educação Inclusiva como a Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (SILVA, 2019).

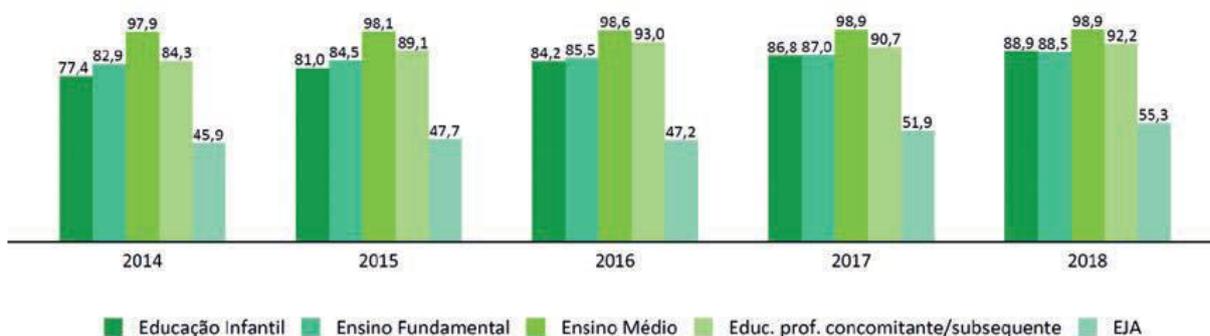
Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de inclusão, considera-se a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência, Altas Habilidades/Superdotação e TGD, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver (CARVALHO, 2005).

Quanto aos dados sobre Educação Especial e Inclusiva apresentados pelo resumo técnico censo da Educação Básica de 2018 publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-(INEP) em 2019 apontam que as matrículas de alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e/ou Altas Habilidades, nesse mesmo ano, chegaram a 1,2 milhões. Um aumento de 33,2% quando comparado com o ano de 2014. Outra informação relevante diz respeito à concentração das matrículas no Ensino Fundamental. A análise delas, no período entre os anos de 2014 e 2018, evidencia uma maior tendência de crescimento e atendimento futuro no Ensino Médio.

No que diz respeito às matrículas de estudantes público alvo da Educação Especial na rede regular de ensino, estudos mostram que vem aumentando em classes comuns, conforme Figura 1. Todos os níveis da Educação Básica matricularam, segundo os dados, matricularam não menos que 70% de educandos público alvo da Educação Especial.

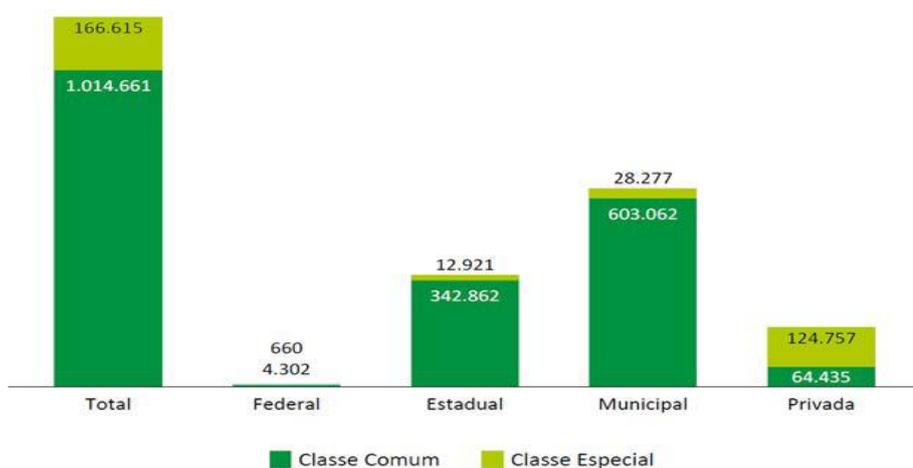
Figura 1: Percentual de alunos matriculados em classe comum

Fonte: Resumo técnico censo da Educação Básica de 2018 (2019).



O processo de inclusão escolar dos educandos da Educação Especial por dependência administrativa no ano de 2018, provam que no que diz respeito às matrículas, o maior quantitativo está nas escolas da rede municipal, como demonstra a Figura 2.

Figura 2: Matrículas em classes comuns e especiais por dependência administrativa.



técnico censo da Educação Básica de 2018 (2019).

Fonte: Resumo

Assim, conclui-se que a Educação Inclusiva para além de se caracterizar como uma política histórica e mundial se destinada a educandos com necessidades educacionais especiais e no Brasil tem mais expressão na rede pública municipal de educação.

Transtorno do Espectro Autista

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) são definidos como um grupo que se caracteriza por apresentar “alterações qualitativas nas interações sociais e na comunicação, além de um repertório de interesses e atividades restritas, estereotipadas e repetitivas” (ORSATI, 2009).

Um exemplo de TGD é o Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Autismo. Uma desordem complexa do desenvolvimento do cérebro. Trata-se de um transtorno complexo do desenvolvimento que envolve atrasos e comprometimentos nas áreas da interação social, da linguagem e da comunicação, incluindo uma ampla gama de sintomas emocionais, cognitivos, motores e sensoriais (WIEDER; GREENSPAN, 2006).

Autores como Pedreira e Costa (2017) consideram que a palavra “autismo” deriva do grego “autos”, que quer dizer “voltar-se para si mesmo”. De acordo com Assumpção Jr (2007) e Leboyer (1995), foi a partir das definições de Leo Kanner em 1943, que houve a primeira conceituação do Autismo, ao ser considerada uma síndrome psicótica, relacionada com o fenômeno da esquizofrenia (ZAFEIRIOU, VARGIAMI e MAYAPETEK, 2007).

Em suas pesquisas Watson (2008), em 1995, o Dr. Simon Baron-Cohen, propôs uma nova teoria sobre o autismo. Sugeriu que, muitas pessoas com autismo sofriam de cegueira mental, isto é, a incapacidade de entender que as outras pessoas têm seus próprios pensamentos e emoções. É essa incapacidade de relacionar-se às diferenças na maneira de pensar dos outros, que resultaria nas dificuldades sociais e comunicativas dos autistas.

Assim, o TEA foi caracterizado pela dificuldade no contato social com as pessoas, ligação especial aos objetos, linguagem sem função comunicativa e dificuldades na comunicação interpessoal (BENDER, 1959; apud STELZER, 2010, p.6).

A partir desse pressuposto, Assumpção Jr (2007) considerou que o autismo era descrito como uma síndrome comportamental, com causas múltiplas, decorrente de um distúrbio de desenvolvimento humano. Era caracterizado por um déficit na interação social. Com o transtorno, a pessoa não apresenta habilidades para se relacionar com o outro, assim como déficit de linguagem e alterações de comportamento sociais.

Assim, conforme Luppi, Tamanaha e Pirissinoto (2005), os autistas não conseguem organizar o pensamento para expressar-se com clareza; apresentam dificuldades em iniciar uma conversa, interpretar atitudes humanas e expressões comunicativas. E com relação às suas atividades e interesses, são resistentes a mudanças e mantêm rotinas e rituais cotidianos.

Sobre o TEA, para seu diagnóstico no Brasil, é preciso conhecer os critérios determinados pelo Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais em 5ª edição (DSM –V). No documento o transtorno passa a ser considerado, desde que os sintomas estejam presentes logo primeiras iniciais do desenvolvimento infantil (JENDREIECK, 2017).

Dentre os diversos sintomas do TEA destacam-se os que dizem respeito à comunicação e interação social, em que se observam limitações na reciprocidade emocional e social, considerando os comportamentos de comunicação não verbal e padrões repetitivos e restritos de comportamento, utilizando de objeto, corpo ou fala em que se apresenta intensidade anormal de foco em interesses restritos e ser hiper ou hiporreativo aos estímulos sensoriais do ambiente (APA, 2014).

Parte das pessoas com TEA podem apresentar comprometimentos intelectuais e/ou na linguagem (atraso na fala e compreensão muito pobre da linguagem). Outros podem apresentar déficits motores como uma marcha atípica e a falta de coordenação. Sobre a diversidade de sintomas possíveis, Dereumaux (2018), diagnosticado com a “Síndrome de Asperger” aos 57 anos, afirma parecer complexa a questão, pois há sintomas do TEA que são comuns em indivíduos com baixo Quociente de Inteligência (QI). Ressalta ainda, que o autista não-Asperger, costuma se adaptar rapidamente ao vocabulário ou repertório neurotípico, enquanto o Asperger tem seu próprio repertório, linguagem e cognição preservadas, sendo seu maior desafio, o convívio social.

Para além das leis internacionais, no Brasil, em 27 de dezembro de 2012 foi promulgada no Brasil a Lei nº 12.764, conhecida como Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Espectro Autista, a “Lei Berenice Piana”. Nela, a pessoa com TEA passa a ser vista a partir de um olhar mais atento, pois o transtorno também passa a ser visto como uma deficiência. No artigo 3 do instrumento legal ficam acordados os direitos à toda pessoa com TEA, assegurando-lhe a igualdade, a integridade física e moral, a educação e a saúde. Poucos anos depois, em 2015, foi promulgada a Lei 13.146, com o intuito de estimular a inclusão. Tratou-se da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). No seu artigo 28, firma-se que é dever do Poder Público dar segurança e incentivo, gerando desenvolvimento e implantações às ações inclusivas. Ambas as leis esclarecem as reais preocupações sociais com

a participação da família, o direito à escola e a importância da comunidade para que o indivíduo com Autismo seja incluído à sociedade (SANTOS; VIEIRA, 2017).

Quanto ao direito específico à educação, em geral, os educandos em idade escolar diagnosticados com TEA devem ser matriculados na rede regular de ensino. Como nos demais municípios do Brasil a rede municipal de Campos dos Goytacazes atende ao processo de matrícula na Educação Básica. Por isso, dados revelam que há uma estimativa de que a cada 2 unidades de Ensino Fundamental há uma criança com TEA, considerando-se um total de 227 escolas. Somam-se nesse nível de escolaridade uma ocorrência de 130 laudos (SMEC, 2019).

Em relação à Educação Infantil, informações mais precisas coletadas e apresentadas a partir de um levantamento realizado em 2019 demonstram que das 81 instituições, aproximadamente 38% delas acionaram o Departamento Multiprofissional, nesse ano letivo para que os profissionais atendessem as **31 crianças diagnosticadas com TEA, na faixa etária entre 2 a 5 anos** (SMEC, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Roteiro de Intervenção Pedagógica para o professor da classe regular no processo de inclusão do educando com TEA.

Assim, uma das implicações da inclusão escolar mais discutida atualmente, é a respeito da formação do corpo docente nas escolas, seja ela na Formação Inicial e/ou na Formação Continuada. Desse modo, é importante considerar que os docentes devem ser efetivamente auxiliados a atuarem numa perspectiva inclusiva, a medida que os educandos público alvo da Educação Especial forem habitando os espaços públicos de educação regular.

Dessa forma, a formação não deve se limitar a uma palestra, a um curso ou a um seminário isolado. Deve ocorrer de maneira sistematizada e contínua (GLAT, 1998), pois ações isoladas são consideradas paliativas e não ajudam no processo de inclusão.

É nesta feita, que se observa que os profissionais que atuam na escola regular precisam urgentemente de auxílio na perspectiva da inclusão. Conforme os ensinamentos Sasaki (1997, p. 41.), o movimento da inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais, e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

Por seu turno, de acordo com Góes (p. 95-104, 2002), Vygotski fez muitas críticas à escola especial de sua época, no entanto, ele insistiu na existência de uma dedicação especial

que atendessem aquilo que o aluno necessitava. Segundo ele, a educação escolar deve levar em conta a organização sociopsicológica peculiar dos casos de deficiência. Embora as leis gerais do desenvolvimento sejam as mesmas para todas as crianças, tem-se que manter metas educacionais elevadas, promovendo a construção de capacidades, sem atrelar-se ao nível de desenvolvimento já alcançado pelo aluno.

Segundo Bueno (1994, p. 35-49), é mínimo o acesso à escola de pessoas que apresentam deficiência, com o agravante de servir mais a legitimação da marginalidade social do que à ampliação das oportunidades educacionais para essa população. Por isso, é interessante considerar que os serviços especializados e o atendimento das necessidades educacionais específicas dos educandos, garantidos pela lei, estão longe de ser alcançados. Identifica-se no interior da escola, a carência de recursos pedagógicos e a fragilidade na formação dos professores para lidar com o público alvo da Educação Especial, sobretudo os diagnosticados com algum TGD, como especificamente o TEA. Neste sentido, vislumbra-se a possibilidade de que, através do aumento de práticas inclusivas em diversos setores, esta realidade possa ser modificada, promovendo gradativamente mudanças nos valores, visando uma sociedade inclusiva. Afinal, de acordo com Masini (2001, p.109), a inclusão requer “[...] um longo processo a ser percorrido que envolve a transformação das condições pessoais, a de valores e a de outras adaptações ambientais e materiais para que se concretiza”.

Desta feita, é necessário que a amplitude dos instrumentos legais e parte da complexidade das teorias sejam exteriorizada para a prática, para que se no âmbito escolar o cotidiano se aproxime da redação das leis e, sobretudo, das necessidades dos educandos com TEA. Por esta razão, o presente estudo apresenta um Roteiro de Intervenção Pedagógica com vistas a apoiar o professor que atua na Educação Infantil, na rede regular de ensino da cidade de Campos dos Goytacazes:

Acolhimento e adaptação do estudante e da família a unidade e comunidade escolar

Do ponto de vista denotativo, o termo acolher, indicaria algo próximo a: receber; atender; dar crédito; admitir, aceitar; tomar em consideração; trazer para junto a si (FERREIRA, 1999). A partir desses significantes, talvez fosse possível compreender dois sentidos para o termo na perspectiva escolar: 1) um meio de recepcionar e atender o novo aluno que chega à instituição, e 2) dar crédito, voz, trazer para perto. A partir dessa dúbia articulação Guimarães (2012) definiu a ação de acolher como a de oferecer o melhor de si a

outra pessoa. Por esta razão, defende-se que uma das tarefas de uma instituição escolar preocupada com a Inclusão Escolar de seus educandos na Educação Infantil seria a de promover “espaços” para a recepção dos estudantes. No caso específico da família, o processo de acolhimento pode ser acompanhado de conversar informais com os docentes e entrevista com a equipe pedagógica na intenção de compreender quais os gostos, medos, potenciais e dificuldades da criança com TEA.

A boa comunicação entre os pais e o professor é de fundamental importância na inclusão do estudante com TEA. Pode ser viabilizada com medidas tais como: i) reuniões regulares sobre os objetivos educacionais e comportamentais (manejo de desobediência, confrontos, hiperatividade, estereotípias, rigidez cognitiva e dificuldade de relacionamento com os colegas); e ii) utilização da agenda que estabeleça uma comunicação diária entre o professor e os pais permitindo a troca de informações sobre o comportamento da criança e ocorrências domésticas (como sono, medicação, alimentação, etc.) e escolares (trabalhos, excursões, comemorações e mudanças de rotina, etc.).

Estimular o processo de Pertencimento e verificar a ocorrência do Acompanhamento Terapêutico

Enquanto microsistema social parece fundamental que os docentes da instituição de Educação Infantil atue com a finalidade de realizar atividades direta e indiretamente associadas aos processos que estimulem as interações sociais e a comunicação. Neste sentido, enfatiza-se o planejamento e conscientização da necessidade de promoverem atividades de lazer e interação no ambiente escolar incentivando o fortalecimento do sentimento de Pertencimento e a integração do grupo (TINTO, 2012). Se tratando dos educandos com TEA para atuação do profissional docente na perspectiva da inclusão parece interessante que docente verifique se criança é acompanhada por algum profissional da saúde. Em caso positivo, apanhar e entrar em contato e marcar reunião com a intenção de solicitar relatório de avaliação e estabelecer parceria para . Em negativo, acionar Equipe Multiprofissional no sentido de buscar parceria.

Adaptar objetivos de aprendizagem, conteúdos, rotina, ambiente, materiais e avaliação

Pensando no trabalho em sala de aula, além de conhecer bem as crianças, o docente deve adequar o currículo escolar dos alunos com TEA a partir do estilo cognitivo individual preocupando-se com a estimulação das funções neurológicas e psicológicas necessárias ao aprendizado eficiente. O preenchimento do Plano Educacional Individualizado (PEI) pode ser uma alternativa para estimular o desenvolvimento da criança com TEA. Em se tratando de conteúdo, a adequação curricular não significa simples redução, mas a forma como o conteúdo, a rotina, o ambiente da sala de aula, os materiais didáticos e avaliação são apresentadas ao educando em foco (CASTRO, 2000).

Garantir ao educando com TEA matriculado na Educação Infantil o acesso ao currículo escolar por meio de adaptações que envolvam materiais adaptados, jogos pedagógicos, uso de imagens, fotos, esquemas, signos visuais e ajustes de grande e pequeno porte faz muito sentido para a inclusão dele no ensino regular. Permitir o acesso e o uso de materiais e móveis adaptados visando à organização sensório-motora e adequação postural pode ajudar o docente a identificar a intolerância aos estímulos auditivos, bem como tempo de tolerância na aprendizagem em sala de aula.

Estudantes com TEA frequentemente apresentam exagerado apego a rotinas, por isso, o professor deve facilitar a previsibilidade da rotina usando preditores visuais como agendas ilustradas, calendários e sequência das atividades, indicando as tarefas que irão acontecer e em quais momentos.

Estabelecer Metas, realizar diários e avaliar a criança pela criança

Conhecendo a bem a criança e investigando quais as características específicas do TEA parece interessante para estabelecer quais as metas adequadas para seu aprendizado. A partir de uma análise do PEI é possível que o docente estabeleça metas. Após esse traçado, a escrita de um diário com os avanços e dificuldades enfrentadas pelo estudante pode ser de grande valia, sobretudo, na elaboração da avaliação por meio de um Relatório de Desenvolvimento do Estudante (RDE) que deve ter como princípio a comparação do progresso da criança pela própria criança (SANTOS, 2019).

A última Com a presente pesquisa foi possível perceber que ao longo da história vários foram os atenuantes que influenciaram na forma como as pessoas com deficiência. No que diz respeito ao direito ao público alvo da Educação Especial, quando se destacou os TGD, evidenciou-se o TEA que no caso do direito à educação apresentou dados numéricos interessantes para pensar as formas de atendimento e inclusão educacional.

Assim, tendo como tema principal a Educação Especial enquanto modalidade que perpassa todos os níveis de educação escolar, apresentou-se como resposta enunciada na questão-problema que um Roteiro de Intervenção Pedagógica devidamente planejado coletivamente pode auxiliar no processo de inclusão escolar dos educando com TEA matriculados na rede regular de Educação Infantil do município de Campos dos Goytacazes, cidade localizada no interior do Estado do Rio de Janeiro.

Consideramos que o docente diante do desenvolvimento da criança com TEA, tem o papel fundamental (além de outros atores educacionais e a família) no sentido de auxiliar: i) na tarefa de acolhê-la e ajudar na sua adaptação; ii) na estimulação do sentimento de pertença à instituição e na verificação da necessidade de acompanhamento terapêutico; iii) na adaptação de objetivos educacionais de aprendizagem, no planejamento da rotina e de uso dos materiais didáticos, bem como na avaliação da criança, tendo em vista o seus próprios avanços; iv) no estabelecimento de metas, na tarefa de registrar diariamente suas ações e reavaliar sempre todos o processo.

Dessa forma, considerou-se que a investigação e as discussões sugeridas na presente pesquisa buscou ampliar o olhar a respeito da inclusão dos educandos público da Educação Especial, em particular dos diagnosticados com TEA, que são, sem sombra de dúvidas, sujeitos de direto. Evidenciou algumas dicas possíveis de serem praticadas pelos docentes da escola regular que devem receber todos os estudantes provenientes dos mais variados contextos sociais. Assim, partimos de um visão sensível sobre a prática do professor, compreendendo que são variados os desafios encontrados por eles na árdua tarefa de incluir, interagir, comunicar e promover a progressiva aprendizagem do estudante autista.

Agradecemos a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e a seguinte Agência de Fomento: Faperj/UENF.

REFERÊNCIAS

APA - ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos**. DSM-V, Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSUMPÇÃO JR. Francisco. **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento Infantil**. São Paulo: Lemos Ed, 1997.

BRASIL. **Resumo técnico censo da Educação Básica de 2018**. INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/6386080> Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

BENITEZ, Priscila. **Psicologia e educação especial**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A, 2017.

BUENO. José. A educação do deficiente auditivo no Brasil - situação atual e perspectivas. **Em Aberto**, v. 13, n. 60, 1994.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

CASTRO. Adriano. **Educação Especial: Do Querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2000.

DSM-V. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-V** (American Psychiatric Association – M.I.C. Nascimento et al., Trad); 5a ed.; Porto Alegre: ArtMed, 2014.

GLAT, Rosana. Inclusão total: mais uma utopia? **Revista Integração**, Brasília, ano 8, n. 20, 1998.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem Histórico-cultural. **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**, v.1, 2002.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da Pesquisa: um guia prático**. Via Litterarum. 2010.

MASINI. Elcie Salzano. Avaliação: inclusão - promoção automática: exclusão. **Rev Psicoped**, v.19, n.55, 2001.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed.. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A Radicalização do Debate sobre Inclusão Escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v.11 n. 33 set/dez.2006.

ORSATI, Fernanda Tebexreni. Percepção de faces em crianças com Transtornos Invasivos do Desenvolvimento. **Paideia**, v. 19, n. 44, 2009.

PEDREIRA, Alessandra Silva; COSTA, Maria Laine Souza da Costa. **Autismo na educação infantil: desafios da qualificação do professor**, 2017, 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia). Universidade Federal da Paraíba-Centro de Educação, 2017.

SANTOS, Ana Carolina Franco dos. Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado. **Revista diálogos e perspectivas em Educação Especial**, v. 6, n. 1, p. 213-220, 2019.

SANTOS, Regina Kelly dos. VIEIRA, Antônia Maira Emelly Cabral da Silva. Transtorno do espectro do autismo (TEA): do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional. **Revista Includere**, v. 3, n. 1, 2017.

SASSAKI. Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SMEC. Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes. **Relatório da Equipe Multiprofissional**, 2019. Campos dos Goytacazes, 2019 (mimeo).

SILVA, Cristiana Barcelos da Silva. **A Educação Especial na Formação Inicial do profissional de Educação Infantil em Campos dos Goytacazes**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019.

STAINBACK, Suzan & Willian Satainback. **Inclusão: Um Guia para Educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TINTO, Vincent. **Completing College: rethinking institutional action**. London: Chicago Press, 2012. [Tradução livre por Cristiana Barcelos da Silva].

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. [Adotada pela Conferencia Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais]. Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Genebra, UNESCO 1994.

WIEDER, Serena; GREENSPAN, Stanley. **Engaging Autism: Using the Floortime Approach to Help Children Relate, Communicate, and Think**. Cambridge, Massachusetts: Da Capo Lifelong Books. CONTACT DETAILS, 2006.

ZAFEIRIOU, Dimitrios, VARGIAMI, Euthymia, MAYAPETEK, Ertan, AUGOUSTIDOU-SAVVOPOULOU, Persephone; MITCHELL, Grant. 3-Hydroxy-3-methylglutaryl coenzyme a lyase deficiency with reversible white matter changes after treatment. **Pediatric neurology**, v.37, n.1, 2007.